

TESTEMUNHO, CATÁSTROFE E HISTORIOGRAFIA: ENTREVISTA COM MÁRCIO SELIGMANN-SILVA

Sabrina Costa Braga
Doutoranda em História
Universidade Federal de Goiás - UFG
sabinacostabraga@hotmail.com

Márcio Seligmann-Silva é um dos principais estudiosos no campo da teoria literária no Brasil, além disso é renomado nacionalmente e internacionalmente por seus estudos relativos à literatura de testemunho. Atualmente é professor titular de Teoria Literária na UNICAMP e pesquisador CNPq. Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1986), mestrado em Letras (Língua e Literatura Alemã) pela Universidade de São Paulo (1991), doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada pela Freie Universität Berlin (1996) e é ainda pós-doutor pelo Zentrum Für Literaturforschung Berlin (2002) e por Yale (2006). É autor e organizador de diversos livros, tais como *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes* (Editora da UNICAMP, 2003); *O local da diferença. Ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução* (São Paulo: Editora 34, 2005); *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno* (Editora Civilização Brasileira, 2009); *Catástrofe e Representação* (Escuta, 2000); *Escritas da violência. Vol I. O testemunho e Escritas da violência. Vol II. Representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina* (Letras, 2012); dentre outros... É ainda tradutor de obras de autores como Habermas e Walter Benjamin.¹

A entrevista foi concedida por e-mail em maio de 2018. A Revista de Teoria da História versa, principalmente, sobre as questões próprias da produção, apresentação e função do conhecimento histórico, ou seja, temas de natureza teórico-metodológica e historiográfica. A literatura de testemunho vem sendo usada como importante componente de análise de fenômenos históricos do século XX, em especial as experiências nos campos de concentração nazistas. A introdução do testemunho como fonte para a escrita da história nos leva a discutir problemas inerentes à teoria e metodologia da história, repensando concepções referentes à

¹ As informações foram retiradas do currículo lattes do professor que pode ser acessado através do link: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4793572D0>.

forma da construção do conhecimento histórico, assim como fronteiras entre a história e demais disciplinas, como a psicanálise. Desta maneira, a ideia da entrevista surgiu da necessidade de conversar com um estudioso da *Shoah*, um tema há muito discutido, mas longe de ser esgotado e que ainda requer muita renovação por parte dos historiadores. Por fim, em entrevista, passamos por temas variados, tais como os limites de representação, a relação entre história e psicanálise, questões relativas ao trauma e à narrativa, à obra de Walter Benjamin, ao uso de fontes midiáticas pelo historiador e ainda o ofício do tradutor.

Revista de Teoria da História: Primeiro, pedimos que fale um pouco sobre sua trajetória intelectual e acadêmica no que concerne aos seus interesses. Como chegou aos seus objetos de estudo, quais foram as principais motivações...

Márcio Seligmann-Silva: Meu percurso foi marcado pelo momento em que entrei na PUC de São Paulo para estudar História. Era 1982 e estávamos em plena ditadura civil-militar. Vivi na Universidade a luta pela redemocratização. Nesse curso também me interessei por teoria e filosofia da história e meu autor de predileção, por inspiração do meu professor Nicolau Sevcenko, já era Walter Benjamin. Daí ter optado por fazer meu mestrado sobre a obra desse autor no curso de Alemão na USP e, depois, meu doutorado em Berlim, sob a orientação de Winfried Menninghaus, reconhecido na época como um dos principais intérpretes da obra de Benjamin. Já paralelamente ao meu mestrado, eu havia traduzido o livro de Benjamin *O conceito de crítica de arte no romantismo alemão* (publicado pela editora Iluminuras), depois organizei e editei outras obras dele para editoras como a Brasiliense e a L&PM. A partir de sua visão de história e de minha experiência no contexto brasileiro e depois alemão minha atenção se voltou cada vez mais para tentar formular para nosso presente uma base teórica possível de sustentar uma pesquisa engajada de modo crítico e voltado para uma mudança social. Nesse sentido que desenvolvi, partindo dos estudos que fiz em Berlim sobre a *Shoah*, uma teoria do testemunho que inicialmente foi pensada como aplicada à cultura de sociedades em situação pós-conflito. Com o amadurecimento de meu trabalho passei a pensar a cultura em seu elemento testemunhal, tentando definir o que consiste esse elemento e como ele se expressa em diferentes contextos. Se toda sociedade carrega em si o seu “estado de exceção” e, portanto, relações de

classe regidas pela violência, o testemunho desse estado de exceção se faz presente em toda parte. Trata-se de nos educar para olhar a sociedade do ponto de vista dessa história da violência, que normalmente é inscrita apenas com muita dificuldade e contra muitas resistências, seu apagamento e naturalização.

Revista de Teoria da História: Sabemos que a singularidade da *Shoah* gerou na historiografia limites de representação que colocaram em questão a própria forma de se escrever História. Desta forma, a pergunta se guiará pela questão de pensar se o limite de representação da catástrofe pela historiografia está mais ligado a uma questão ética que epistemológica e até que ponto um evento caracterizado por sua singularidade única pode servir de chave de compreensão para o presente.

Márcio Seligmann-Silva: Na verdade a partir das injunções epistêmicas e éticas dos estudos da *Shoah* ocorreu uma virada ética do próprio saber. Ou seja, não se trata de um problema apenas ético, mas de se perceber como não podemos tratar de certas questões de teoria do conhecimento sem privilegiar a ética. O mesmo se deu no campo estético, que também passou por essa virada ética. Mas não se deve confundir ética com moral: não há uma moralização da história ou das artes, mas, antes, trata-se de pensar uma história e as artes dentro de um panorama ético e político. A ética da representação nasce no contexto de um reenquadramento da história do ponto de vista da memória e das políticas da memória. Os genocídios sempre trazem em seu bojo o negacionismo, assim como, do ponto de vista dos sobreviventes e das sociedades pós-genocídio, existe uma singularidade da memória do trauma. São, portanto, variadas as determinantes dessa virada ética da representação. Todo genocídio é único. No caso da *Shoah* seu impacto se deu porque ele ocorreu por assim dizer em uma região de onde emanou o Humanismo e o Iluminismo. Aquilo que Adorno e Horkheimer denominaram de “dialética do Esclarecimento” foi posto a nu por esse evento. A cultura da memória dele derivada impregnou a memória de outros eventos catastróficos, como Hiroshima, Ruanda, as ditaduras na América Latina, por exemplo, cujos sobreviventes se inspiraram nela para construírem seus locais de memória e recordação. A ética emanada dessa cultura da recordação entroniza o cuidado para com os mortos e para com aqueles que a todo momento estão em risco de serem colocados no papel da próxima vítima. Nesse sentido, podemos dizer que a cultura ética da

memória marca sim ou deveria marcar nosso presente, para além dos casos particulares de (co)memoração.

Revista de Teoria da História: Ainda sobre a questão da representação de eventos traumáticos, gostaria de saber se o senhor acha que essa poderia ser respondida com uma historiografia de molde psicanalítico. Por “molde psicanalítico” me refiro a conceitos da psicanálise que podem ser utilizados para elucidar as relações entre passado e presente, entre memória e história. Ou ainda: se a categoria de trauma cabe no tratamento de fenômenos fascistas, da vida nos campos de concentração, então uma perspectiva psicanalítica da história seria plausível ou até desejável?

Márcio Seligmann-Silva: A historiografia se viu como que premeida a encampar conceitos da disciplina psicanalítica. Quando a consciência de que vivíamos no século XX uma série de traumatismos individuais, coletivos e sociais se tornou generalizada, o historiador se voltou para a noção de trauma e para outros conceitos, como o de perlaboração, denegação, “*Nachträglichkeit*” (*après-coup*), deslocamento, elaboração secundária, latência, trauma transgeracional, entre tantos outros, que se revelaram de grande ajuda para lidar com esse panorama histórico-catastrófico. Nesse sentido, ele também respondeu a essa referida virada ética, pois ele se viu compelido a pensar a história do ponto de vista das vítimas e dos seus horrores e a abandonar o foco economicista, ou a ditadura do estudo das grandes ações de estado, além de deixar de lado a, de resto impossível, “neutralidade” do historiador. A História encontrou também em seu caminho os Direitos Humanos, que se tornaram uma bandeira política fundamental na era das catástrofes. No contexto do avanço dos Direitos Humanos as Comissões de Verdade e entidades que as substituíram ou deram continuidade às suas indicações, encamparam também as clínicas do testemunho em países como a Argentina e o Brasil.

Revista de Teoria da História: Em “O Narrador” e “Experiência e Pobreza” Benjamin fala do fim da experiência após a Primeira Guerra Mundial, quando os soldados voltavam mudos, pobres de experiências narráveis. O trauma da Segunda Guerra Mundial traz em si muito do silêncio, do esquecimento, mas também uma necessidade de narrar que aparece nos

testemunhos dos sobreviventes. Podemos pensar que a narrativa assume um novo papel? Que a linguagem se reinventa?

Márcio Seligmann-Silva: Walter Benjamin de fato desenvolveu um discurso que ficou muito generalizado sobre o fim da narrativa e a morte do narrador que ele articulou à Primeira Guerra Mundial. Vale a pena colocar esse veredito benjaminiano ao lado da famosa frase de seu amigo e companheiro na dita Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, que decretou em “Crítica Cultural e Sociedade”, de 1949: “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”. Ambos formularam esse estado de mutismo sob o impacto dos eventos que deram ensejo a essas fórmulas. Mas tanto o testemunho como a poesia se tornaram, pelo contrário, formas essenciais de elaboração daquelas violências. Essas formulações devem ser colocadas em seus devidos contextos. O mutismo e o elemento que podemos denominar de traumático da cultura após essas duas grandes guerras e seus crimes infinitos na verdade é parte do testemunho e da poesia pós-catástrofe. Aprendemos tanto a reconhecer o valor do testemunho (que ainda não era uma questão para Benjamin) como a ver nas artes um poderoso meio de inscrição crítica e empoderadora da história. Sem dúvida a linguagem se reinventa. Para o poeta Paul Celan, sobrevivente da *Shoah*, como lemos em seu famoso discurso “Der Meridien” (de 22.10.1962), a linguagem era uma sobrevivente que tinha que, como aquele que saiu vivo do campo de extermínio, ser recriada: “Alcançável, próximo e não-perdido permaneceu em meio das perdas este único: a língua. Ela, a língua, permaneceu não-perdida, sim, apesar de tudo. Mas ela teve que atravessar as suas próprias ausências de resposta, atravessar um emudecer, atravessar os milhares de terrores e o discurso que traz a morte. Ela atravessou e não deu nenhuma palavra para aquilo que ocorreu; mas ela atravessou este ocorrido. Atravessou e pôde novamente sair, ‘enriquecida’ por tudo aquilo.”.

Revista de Teoria da História: Tendo em vista os trabalhos de Walter Benjamin, em especial aqueles em que coloca em perspectiva as obras de arte na modernidade, dando destaque para o cinema e a fotografia, como podemos pensar a atualidade do pensamento benjaminiano neste quesito? E ainda: através de trabalhos como os de Siegfried Kracauer, Walter Benjamin e Vilém

Flusser, autores os quais o senhor escreve a respeito, como é possível que pensemos a utilidade do manuseio de fontes midiáticas para o ofício do historiador?

Márcio Seligmann-Silva: Sobre a atualidade do pensamento de Benjamin em torno da fotografia e do cinema remeto ao volume que organizei, com tradução de Gabriel Valladão Silva, de seu poderoso e extremamente atual ensaio *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (publicado pela editora L&PM). Na apresentação destaco em que medida uma série de conceitos desenvolvidos por Benjamin nesse e em outros trabalhos ainda não foram suficientemente explorados, como o de “segunda técnica”, que lembro aqui. Para Benjamin, o cinema e a fotografia seriam representantes dessa segunda técnica. A primeira técnica tem por finalidade o controle da natureza e a produção da morte, da nossa morte, pois o auge da primeira técnica é constituído pelos aparelhos de guerra. Já a segunda técnica visaria um “jogo” com a natureza, uma aproximação lúdica e amigável com ela. Essa técnica também seria capaz de ampliar aquilo que Benjamin denominou de “Spielraum”, campo de ação, mas também espaço lúdico. O jogo, diferentemente da técnica predadora da natureza externa e interna aos seres humanos, permite uma aproximação delicada com o nosso “outro”. – Com relação à historiografia, Benjamin em sua obra e historiador da cultura serviu de exemplo para uma prodigiosa expansão das fontes do historiador, incluindo aí a fotografia, o cinema e toda uma modalidade de documentos até então desprezados, como a publicidade, panfletos, literatura de “segunda categoria”, formas arquitetônicas (como as galerias parisienses), a iluminação das ruas, literatura produzida por “loucos” etc. Além disso, em textos como “O autor como produtor” ele reivindicou que o próprio intelectual deveria tomar a câmara fotográfica na sua mão e captar o seu mundo. Com sua teoria sobre a história das técnicas de reprodução e a relação que ele estabeleceu entre essa história e a visão da temporalidade da modernidade, ele também abriu as portas para pesquisas nessa área que cruza midialogia e teoria da história.

Revista de Teoria da História: Sabendo da dificuldade que muitos leitores encontram na compreensão de certos termos da obra de Walter Benjamin ligados à memória, a última pergunta é sobre uma escolha sua enquanto tradutor da obra de Benjamin. Em sua revisão da tradução de Rouanet são invertidas as traduções dos conceitos de *Erinnerung* e *Eingedenken*

que Rouanet traduziu como reminiscência e rememoração, respectivamente. Em uma nota de rodapé em *A imagem de Proust*, o senhor justifica brevemente explicando que não há correspondentes precisos para as palavras em português, mas gostaria de saber um pouco mais sobre isso. Por que a escolha por mudar conceitos cuja recepção muitos leitores já haviam se acostumado e por que não a escolha por termos como “lembrança” e “recordação” como em outras traduções?

Márcio Seligmann-Silva: A minha nota justamente apresenta as nossas propostas de tradução no sentido de uniformizar e facilitar para o leitor brasileiro. Rouanet traduzira algumas vezes *Eingedenken* por “reminiscência” e essa tradução foi mantida, mas só que de modo consequente. O que eu fiz foi manter de modo rigoroso essa tradução, além da dos demais termos: de *Gedächtnis* por “memória” (trata-se da memória como capacidade de armazenamento) e *Erinnerung* por rememoração ou recordação (faculdade de ativar/recuperar memórias arquivadas). Rouanet às vezes traduziu *Erinnerung* por “reminiscência”, o que pode levar a uma confusão, pois, como noto no meu comentário, o próprio Benjamin traduziu “*mémoire involontaire*” por *ungewollte Eingedenken*. Benjamin aproximava o *Eingedenken* do trabalho mais inconsciente do que consciente do escritor. Ele, por exemplo, escreve, em oposição à noite com seu trabalho de esquecimento, sobre o dia com suas ações intencionais e *zweckhaftete Erinnern*, “rememorações intencionais”, onde Rouanet traduz por “reminiscências intencionais”. Por outro lado, Rouanet verte *spontan Eingedenken* por “rememoração espontânea” (quando deveria ser “reminiscência espontânea”). Ou seja, ele não mantém a uniformidade na sua tradução e isso atrapalha bastante a leitura em português. Além disso, Rouanet cometeu alguns escorregões, o que acontece, mas que confundem o leitor, como por exemplo na frase do mesmo artigo sobre Proust: “Assim, a lei da rememoração [*Erinnerung*] exercia-se também no interior da obra.” Na tradução do Rouanet temos: “Assim, a lei do esquecimento se exercia também no interior da obra.” Portanto não diria que eu mexi em uma convenção de tradução, pois na verdade os termos reminiscência, esquecimento, lembrança, rememoração e memória não seguiam um parâmetro minimamente rigoroso em Rouanet e não podiam constituir um corpus conceitual como tal. Com isso não quero reduzir o valor da obra de tradutor de Benjamin desse que foi e é ainda um dos grandes intérpretes desse autor entre

nós. Acho que tradução é assim mesmo, ela sempre vai ser mexida, transformada, aliás, o próprio Benjamin escreveu sobre isso em seu conhecido ensaio sobre “A Tarefa do Tradutor”.